

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA GUANABARA (1960-1975)

Paulo Paranhos

Resumo: *O artigo mostra, em linha cronológica, os Presidentes do Tribunal de Justiça do antigo Estado da Guanabara, destinando a cada um deles uma pequena biografia.*

Abstract: *The article shows, in a chronological line, the Presidents of Tribunal de Justiça of the ancient State of Guanabara, destining to each one a small biography.*

Introdução

O dia 21 de abril de 1960 marcou não só a mudança da capital do Brasil para a cidade de Brasília, como também o surgimento de uma nova unidade na Federação: o Estado da Guanabara, com limitação geográfica à área da cidade do Rio de Janeiro, e de tão efêmera existência – 1960 a 1975.

Capital de colônia, Corte Imperial, Município Neutro, Distrito Federal, a cidade do Rio de Janeiro alcançava a condição de Estado federado e à sua transformação surge um Judiciário permeado de magistrados oriundos, na maior parte das vezes, do antigo Distrito Federal, como mesmo se pode comprovar por suas biografias.

O Estado da Guanabara, palco de decisivos momentos da moderna História do Brasil, estabelecia-se para ser um modelo de estado dentro da federação, nos precisos termos de seus “criadores”, sendo o mais destacado deles o próprio Presidente da República de então, Juscelino Kubitschek de Oliveira.

O Estado da Guanabara, que surgia, era uma determinação emanada de dispositivo constitucional. Sua criação estava prevista na Constituição de 1946, como se pode demonstrar:

“Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Art. 4º – A capital da União será transferida para o planalto central do país.

§ 1º – Promulgado este Ato, o Presidente da República, dentro em sessenta dias, nomeará uma comissão de técnicos

de reconhecido valor para proceder ao estudo da localização da nova capital.

§ 2º – O estudo previsto no parágrafo antecedente será encaminhado ao Congresso Nacional, que deliberará a respeito em lei especial, e estabelecerá o prazo para início da delimitação da área a ser incorporada ao domínio da União.

§ 3º – Findos os trabalhos demarcatórios, o Congresso Nacional resolverá sobre a data da mudança da capital.

§ 4º – Efetuada a transferência, o atual Distrito Federal passará a constituir o Estado da Guanabara.”¹

Por ocasião da criação do novo Estado, ao Judiciário seria consagrado:

“O Poder Judiciário do Estado será exercido pelos seguintes órgãos:

I – Tribunal de Justiça;

II – Tribunal de Alçada;

III – Tribunais que vierem a ser criados por lei;

IV – Tribunais e Juizes de primeira instância;

V – Conselhos de Justiça Militar.”

Assim, durante 15 anos conheceu o Brasil uma unidade em latente estado de transição, modelação e, principalmente, modernização, nos mais diversos segmentos da administração pública, incluindo-se aí o Poder Judiciário.

Os Presidentes do Tribunal de Justiça

HOMERO BRASILIENSE SOARES DE PINHO

Natural de Paraty, Estado do Rio de Janeiro, nasceu em 26 de junho de 1898, filho de Antonio Soares de Pinho Junior e Maria José de Gouvêa Pinho.

Foi Prefeito da cidade de Niterói, no período de 4 de setembro de 1923 a 23 de junho de 1924. Exerceu as funções de Curador de Órfãos, Resíduos e Ausentes, em Niterói, no ano de 1929.

Professor catedrático de Direito Constitucional da Faculdade de Niterói, no período de 30 de dezembro de 1929 a 17 de janeiro de 1934. Nomeado 8º Pretor Criminal do Distrito Federal, em 15 de janeiro de 1934,

sendo promovido a Juiz de Direito da 9ª Vara Cível em 5 de março de 1940. Ao cargo de Desembargador foi promovido, por antiguidade, em 20 de abril de 1951.

Em sessão de 29 de dezembro de 1958 foi eleito Presidente do Tribunal para o biênio 1959-1960, tendo sido o último Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e o primeiro Presidente do recém-criado Estado da Guanabara, com sede na cidade do Rio de Janeiro.

Designado para supervisionar as obras de construção do novo Palácio da Justiça, por ato de 27 de julho de 1964.

Aposentado no cargo em 26 de junho de 1968, veio a falecer em 25 de março de 1975.

OSCAR ACCYOLI TENÓRIO

Alagoano, filho de Manoel Joaquim Tenório e Olindina Accyoli Tenório, nascido em 6 de setembro de 1904.

Começou a carreira pública no cargo de Promotor de Justiça na cidade de Prata, em Minas Gerais, em 1928, passando, posteriormente, ao cargo de Juiz Municipal da Comarca de Cataguases, no período de 1928 a 1929. Exerceu, ainda, as funções de Juiz Substituto da Fazenda Municipal do Estado de Minas Gerais, quando se transferiu para o Rio de Janeiro, onde passou a exercer as funções de 5º Pretor Criminal, a partir de 26 de janeiro de 1938. Nomeado Juiz de Direito da 12ª Vara Cível em 5 de março de 1940, atuou, também, na Vara de Registros Públicos, no ano de 1946.

A Desembargador foi promovido em 8 de abril de 1952, por merecimento, tendo sido o primeiro Presidente eleito do Tribunal de Justiça do então Estado da Guanabara no biênio 1961-1962.

Oscar Tenório foi catedrático de Direito Internacional Público da Universidade do Brasil (atual UFRJ), no período de 1º de abril de 1934 a 2 de novembro de 1937, cargo que desempenhou com raro brilhantismo.

Aposentado no cargo de Desembargador em 18 de março de 1974, veio a falecer no Rio de Janeiro em 11 de janeiro de 1979.

VICENTE DE FARIA COELHO

Filho de Vicente Duarte Coelho e Arminda Faria Coelho, nasceu no Rio de Janeiro aos 13 de outubro de 1906. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, em 1927, tendo ali mesmo concluído o curso de doutorado em 1934. Advogou no Rio de Janeiro até 1940, quando ingressou na magistratura de carreira como 2º Juiz Substituto, em 12 de

setembro de 1940. Por merecimento, alcançou o cargo de Juiz de Direito em 12 de janeiro de 1946, assumindo a 4ª Vara de Família, tendo exercido, ainda, funções na 9ª Vara Cível, a partir de 14 de junho de 1950.

A Desembargador foi promovido, por merecimento, por ato de 12 de janeiro de 1955, sendo que em sessão de 26 de dezembro de 1962, o Tribunal de Justiça elegeu-o Presidente para o biênio 1963-1964. Exerceu, também, a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral nos biênios 1967-1968 e 1969-1970.

Professor do ensino superior, lecionou Direito Industrial e Legislação do Trabalho na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, a partir de 1941; desde 1962 foi Professor de História do Direito Privado na Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara (UEG, hoje UERJ), lecionando no curso de doutorado. Também exerceu atividades na Faculdade de Direito Cândido Mendes, ministrando aulas de Direito Civil.

Assumiu, por mandamento constitucional, o cargo de Governador do Estado da Guanabara, no período de 22 de abril a 10 de maio de 1964, durante o afastamento do então governador Carlos Lacerda. Em 1981 foi designado pelo então governador Chagas Freitas, já do novo Estado do Rio de Janeiro, para ocupar a Secretaria de Estado de Justiça, funções que desempenhou até março de 1983.

Membro do Comitê Nacional do Direito Comparado, da *Association Henri Capitant pour la Culture Juridique Française*. Membro da cadeira nº 40, da Academia Carioca de Letras.

Presidente do Tribunal de Justiça Desportiva da Federação Carioca de Futebol, chegou às funções de membro do Superior Tribunal de Justiça Desportiva da Confederação Brasileira de Desportos (CBD, atual CBF).

É autor de vasta literatura jurídica, com destaque para *Os sistemas corporativos atuais e o antigo regime das corporações; O desquite na jurisprudência dos Tribunais; Nulidade e anulação do casamento; Recurso de Revista*, além da *Série Eça de Queiroz*, obra programada para 10 volumes, tendo sido lançados os títulos *Eça de Queiroz – Poesias de Eça de Queiroz – Símbolos e Personagens de Vanguarda*.

O Desembargador Faria Coelho também foi responsável pela condução dos trabalhos de construção do atual prédio do Palácio da Justiça do Rio de Janeiro, em comissão por ele presidida através da Portaria de 22 de julho de 1964, tendo como membros da mesma os Desembargadores Homero Brasiliense Soares de Pinho, Nelson Ribeiro Alves, Antonio Faustino Nascimento, Darcy Roquette Vaz, Alberto Mourão Russell, Aloysio Maria Teixeira, além dos Drs. João Baptista Cordeiro Guerra, Procurador Geral da Justiça e Pedro de Alcântara Guimarães, advogado.

Aposentado no cargo de Desembargador em 6 de agosto de 1971, faleceu no Rio de Janeiro em 19 de fevereiro de 1992.

MARTINHO GARCEZ NETO

Nascido no Rio de Janeiro em 16 de maio de 1911, filho de Martinho Cesar da Silveira Garcez Filho e Palmyra de Mello Garcez. Bacharelou-se em Direito na antiga Universidade do Rio de Janeiro, em 1932, tendo militado na advocacia até o ano de 1940, quando foi nomeado 3º Juiz Substituto do Distrito Federal, mais precisamente em 12 de setembro de 1940. Promovido, por merecimento, ao cargo de Juiz de Direito, por ato de 17 de janeiro de 1946, assumiu o exercício da 17ª Vara Criminal e, posteriormente, a 6ª Vara Cível, removendo-se, a pedido, para a 4ª Vara de Órfãos, a partir de 1950.

Também por merecimento foi promovido ao cargo de Desembargador, por ato de 30 de setembro de 1955, integrando, em primeira ocupação, funções no Conselho da Magistratura do novo Estado da Guanabara – 1961-1962. Foi membro da Comissão Examinadora do Concurso para Juiz Substituto do antigo Estado da Guanabara, responsável pelas disciplinas Direito Judiciário Civil, Direito Penal e Direito Judiciário Penal.

Representou o Tribunal de Justiça na II Conferência Nacional de Desembargadores e presidiu a III Conferência, em 1965, sendo-lhe, na ocasião, outorgado o título de “Desembargador do IV Centenário do Rio de Janeiro”.

Por sessão de 29 de dezembro de 1964 foi eleito Presidente do Tribunal de Justiça para o biênio 1965-1966. Foi no exercício desse cargo que construiu e inaugurou, em 8 de dezembro de 1966 os dois primeiros blocos do novo Palácio da Justiça. No exercício ainda da Presidência assumiu, em duas oportunidades, o governo do Estado da Guanabara, por imperativo constitucional, na ausência do então governador Carlos Lacerda, atentando-se que, na segunda vez, transmitiu o cargo ao novo governador, o Embaixador Francisco Negrão de Lima.

Após a sua passagem pela Presidência do Tribunal de Justiça ocupou, ainda, em 1974, o cargo de Corregedor-Geral da Justiça.

Professor catedrático e fundador da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Petrópolis, além de pertencer ao corpo docente da Universidade do Estado da Guanabara de 1961 a 1964, onde tinha sob sua responsabilidade as disciplinas do curso de doutorado: História do Direito Privado; Direito Privado Comparado e Direito Privado Especializado. Docente da Universidade *Pro Deo*, com sede em Roma; integrante, por várias ocasiões,

da Congregação Nacional de Direito, nos concursos ali procedidos para preenchimento de cátedra.

Membro fundador da Academia Nacional de Direito, ocupando a cadeira cujo patrono é seu avô – Martinho Garcez; membro do Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro. Agraciado com a Medalha do Pacificador, no ano de 1958; com a medalha Clóvis Bevilacqua, em 1959; o Mérito Jurídico Militar, do Superior Tribunal Militar, em 1962; a medalha Santos Dumont, em 1964; o Mérito Aeronáutico, em 1965 e a Cruz do Mérito Judiciário, em 1966.

Autor consagrado de várias obras sobre o Direito, destacando-se *Promovendo Justiça; Questões de família; Democracia, doutrina política e segurança nacional; Limitação dos Poderes; Obrigações e Contratos; Prática de Responsabilidade Civil*, além de inúmeros verbetes no *Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro*.

Martinho Garcez Neto aposentou-se no cargo de Desembargador por ato de 29 de agosto de 1975.

ALOYSIO MARIA TEIXEIRA

Filho de Antonio Maria Teixeira Filho e Minervina Nóbrega de Vasconcellos Teixeira, nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 28 de outubro de 1914.

Ingressou na magistratura de carreira em 25 de janeiro de 1938, sendo 3º Suplente de Juiz da 6ª Pretoria Cível. Promovido ao cargo de 2º Suplente do Juiz da 8ª Pretoria Criminal em 1939 e, posteriormente, por merecimento, ao cargo de Juiz de Direito da 10ª Vara Cível, em 17 de janeiro de 1946. Promovido ao cargo de Desembargador, por merecimento, por ato de 26 de abril de 1956, foi Presidente do Tribunal de Justiça no biênio 1967-1968.

Representante da Associação dos Magistrados Brasileiros na Comissão de Processo Civil da União Internacional de Magistrados, em Tunis. Exerceu, ainda, o magistério secundário e superior, sendo Professor de Direito Internacional e Direito Civil na Universidade Católica de Petrópolis, da qual foi Diretor por mais de 12 anos.

Membro efetivo do Instituto dos Advogados Brasileiros, tem publicadas diversas obras sobre Direito e inúmeros trabalhos doutrinários nas *Revistas Jurídicas*, sendo autor, ainda, de grande número de verbetes no *Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro*.

Aposentado no cargo em 24 de outubro de 1984.

JOSÉ MURTA RIBEIRO

Nascido em Alagoinhas, Estado da Bahia, em 23 de fevereiro de 1909, filho de Joaquim Sylvio Ribeiro e Semiramis Murta Ribeiro. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco, em São Paulo, no ano de 1931.

Seu ingresso na vida pública deu-se no cargo de Promotor Público das Comarcas de Garça, Jaboticabal, Monte Alto e Santa Adélia, todas em São Paulo, no período de 12 de outubro de 1935 a 21 de agosto de 1941, quando, já no Rio de Janeiro, seria nomeado 6º Juiz Substituto do Distrito Federal, atuando, primeiramente, na 6ª Vara Criminal, em agosto de 1941. Foi promovido ao cargo de Juiz de Direito em 17 de janeiro de 1946, tendo assumido a 18ª Vara Criminal e, posteriormente, a 1ª Vara de Família e a 4ª Vara de Órfãos e Sucessões. Teve, ainda, passagem pelo Tribunal do Júri, como substituto.

Ao cargo de Desembargador mereceu promoção em 26 de janeiro de 1959. E em sessão de 26 de dezembro de 1968 foi eleito Presidente do Tribunal de Justiça para o biênio 1969-1970.

Atuando no magistério superior, ingressou como Professor Assistente de Direito Penal da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde, além de chegar ao exercício da docência de Direito Penal no curso de doutorado, foi aclamado “Professor Emérito”, em 1981. Professor Titular e fundador da Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas; titular e fundador da Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro, da Sociedade Gama Filho, sendo por 16 anos seu Diretor. Da mesma Gama Filho viria a ser Reitor até o ano de 1988.

Membro de bancas examinadoras para livre docência da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), em 1972; da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1970 e da Faculdade de Direito de Niterói (atual UFF), em 1959, as duas primeiras para cátedra de Direito Penal e a última para a cátedra de Direito Romano.

Integrou a Comissão de Reforma da Organização Judiciária do Estado da Guanabara; membro da Comissão Examinadora do Concurso para Procurador do Instituto do Açúcar e do Alcool, em 1955; conselheiro da Academia Interamericana de Direito Internacional e Comparado, em 1955; “Cidadão Jaboticabalense”, outorgado em 1974; merecedor de Menção do Papa João XXIII “pelos serviços relevantes prestados à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro”.

Agraciado com as medalhas Mérito Jurídico Militar, em 1959; do Superior Tribunal Militar; Mérito José Bonifácio, de 1980, outorgado pela

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no grau de Oficial; Mérito Penitenciário, de 1971 e Estácio de Sá, de 1975, pela cidade do Rio de Janeiro.

Aposentado no cargo de Desembargador em 5 de outubro de 1978, faleceu no Rio de Janeiro em 3 de janeiro de 1996.

MOACYR REBELLO HORTA

Filho de José Ricardo Rebello Horta e Maria Noemi de Andrade Horta, nasceu em Viçosa, Estado de Minas Gerais, em 6 de abril de 1909. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, em 1933. Logo a seguir passou a exercer as funções de Promotor da Justiça nas Comarcas de Abre Campo e São João Nepomuceno, ambas em Minas Gerais.

Passando ao Distrito Federal, ingressou na magistratura de carreira como 13º Juiz Substituto, em 17 de maio de 1945. Promovido a Juiz de Direito em 22 de maio de 1946, com exercício na 3ª Vara de Família, permanecendo ali até 1952; teria passagem, ainda, na Vara de Registros Públicos, no período de 1952 a 1960.

Ao cargo de Desembargador foi promovido, por merecimento, em 3 de junho de 1960. Do Tribunal de Justiça foi Presidente no biênio 1971-1972. Presidiu, logo a seguir, o Tribunal Regional Eleitoral do novo Estado do Rio de Janeiro, eleito que foi em sessão de 17 de março de 1975, permanecendo no cargo até o ano de 1979.

Aposentado no cargo de Desembargador por ato de 2 de abril de 1979, faleceu no Rio de Janeiro em 31 de agosto de 1989.

NELSON RIBEIRO ALVES

Nascido em 11 de dezembro de 1911, no Rio de Janeiro, filho de Augusto José Ribeiro Alves e Elvira Antunes da Silva Alves. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade Nacional de Direito no ano de 1933.

Em 20 de novembro de 1945 foi investido no cargo de 1º Juiz Substituto da Justiça do Distrito Federal, alcançando o de Juiz de Direito, por antiguidade, em 10 de dezembro de 1947, exercendo funções nas 18ª Vara Criminal, 6ª Vara Cível e 2ª Vara da Fazenda Pública, sendo que nesta última foi designado para substituir membro do Tribunal Federal de Recursos, até 21 de abril de 1960, quando foi criado o Estado da Guanabara.

Promovido ao cargo de Desembargador por ato de 28 de setembro de 1962, tendo atuado, como Presidente, nas 6ª e 3ª Câmaras Cíveis.

Em sessão de 22 de dezembro de 1972 foi eleito Presidente do Tribunal de Justiça para o biênio 1973-1974, ficando nesse cargo até 15 de março de 1975, em mandato especial, por força das disposições previstas na Lei Complementar nº 20, de 1974, que deu fusão aos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro.

Durante sua gestão, mais precisamente em 8 de dezembro de 1974, instalou-se a nova sede do Tribunal de Justiça, num prédio de onze andares na Av. Erasmo Braga, 115.

No magistério, exerceu o cargo de Professor de Direito Comercial da Universidade Gama Filho. Atuou, também, como Presidente do Superior Tribunal de Justiça Desportiva das Confederações Brasileiras de Basquete e de Vôlei. Irmão Definidor da Mesa da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro; membro da Academia Valenciana de Letras.

Distinguido com as medalhas do Mérito Judiciário do Trabalho; Mérito José Bonifácio; Mérito Jurídico Militar do Superior Tribunal Militar; Serviços Relevantes, do antigo Estado da Guanabara e Mérito Judiciário Militar, no grau de Alta Distinção.

Designado para compor a Comissão de Desembargadores responsáveis pela unificação das justiças dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, que se fundiram em 1975. Estava no exercício do cargo, quando veio a falecer no dia 30 de junho de 1975.

NOTA:

1. A matéria, efetivamente, não é nova. A Constituição de 1891 determinava em seu art. 3º que: “Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal. Parágrafo único – Efetuada a mudança da capital, o atual Distrito Federal passará a constituir um Estado.”